

RUMOS DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: GERAÇÃO DE CONHECIMENTO, FORMAÇÃO DE PESSOAL E ABERTURA DE NOVOS CURSOS

*Wenceslau Gonçalves Neto**

RESUMO: O debate sobre o papel das universidades na sociedade brasileira tem tomado diversas feições: o Estado estimula a participação da iniciativa privada, garroteia as universidades públicas, etc. Contudo, um novo campo tem se descortinado para estas universidades, portadoras de grande parte da titulação acadêmica brasileira: a pós-graduação “*stricto sensu*”. Neste nível, o conjunto de exigências de docentes é menor, pode ser utilizada a infra-estrutura já existente e ainda são abertas oportunidades para entronização de recursos para a Instituição. Além, é claro, de projetá-la em um patamar diferenciado, o da produção de conhecimentos, através da pesquisa. É este o percurso que a Universidade Federal de Uberlândia tem percorrido no últimos anos. Até 1985, quando abriu seu primeiro mestrado, a preocupação foi sempre com a graduação. Hoje existem 13 programas, 11 de mestrado e 2 de doutorado. Mas a capacidade de abertura de novos cursos ainda está longe de se esgotar. Desta forma, julgamos que as universidades brasileiras, e a UFU em particular, estão encontrando seu espaço nesta nova realidade: pesquisa, geração de conhecimento e formação de recursos humanos de alto nível para a sociedade brasileira.

ABSTRACT: The discussion about the role of the university in the contemporary Brazilian society has followed various streams: a) the state stirs up the participation of the private sphere; b) the state squeezes the public universities, and so on. However, a new horizon has arisen to these universities, responsible for the greatest part of the Brazilian academic degrees: the “*stricto sensu*” post-graduation. In this level, the requirements of teachers is smaller; the existing facilities can be used and the institutions may save some financial resources. In addition, it helps to project the institution to a special rank, i.e., the status of a

* Professor do Departamento de História da UFU e pesquisador junto ao Núcleo de História e Historiografia da Educação, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, exercendo atualmente o cargo de diretor de Pós Graduação da UFU.

producer of knowledge through research. This is the route of the Federal University of Uberlândia in the last few years. Up to 1985, when the first master program was created, the main concern was still the graduation program. Today, the institution has 13 postgraduation programs, i.e., 11 master and 02 doctorate programs. It is worthwhile noting that the capacity to create new master programs is far from being exhausted. This way, one may be sure that the Brazilian universities, among them UFU, in a particular way, have discovered a new space in this new reality: research, production of knowledge and the formation of high level human resources for the Brazilian society.

Um dos temas mais candentes, que ocupou não apenas o ambiente acadêmico mas a própria mídia nacional, desde o final do ano de 1997, foi a questão das bolsas de estudo para a pós-graduação que estariam sofrendo cortes por parte das agências de fomento, CAPES e CNPq. A discussão, aparentemente uma simples regressão contábil, envolvia na realidade todo um repensar sobre os rumos deste nível de estudo, da capacidade nacional de geração de novos conhecimentos, da formação de recursos humanos de alto nível, do papel da universidade, etc. Mas, mais que tudo isso, remetia à reflexão sobre o modelo de sociedade que se pretende para o País neste final de século, que possa propiciar à população perspectivas capazes de reerguer a crença na capacidade humana de transformação e de melhoria da realidade, fundamentando uma nova utopia para o século que se avizinha.

Por trás da questão das bolsas, várias perguntas são colocadas. Antes de tudo, devemos perceber que a nova sociedade que está em gestação no mundo ocidental, calcada nos princípios da globalização e do primado do mercado, necessita compor quadros gerenciais, formar trabalhadores (re)qualificados, gerar conhecimento científico, reorganizar a produção, etc. Em outras palavras, as relações de produção (e de trabalho) no mundo capitalista encontram-se em crise e um novo modelo está sendo vislumbrado, mas ainda não definido. Quais as demandas que este novo modelo deverá colocar para o setor educacional? Qual é o patamar tecnológico que deverá imperar? Como ficarão as relações de poder, tanto nas empresas como na sociedade? Estas e outras questões subjazem ao debate.

Também colocam-se, nesta nova realidade, problemas relativos à geração de novas tecnologias e suas derivações, como a implementação de processos de automação da produção, e a necessidade de pessoal altamente qualificado para, pelo menos no início, dar conta não apenas de executar as complexas operações surgidas da incorporação desse conhecimento, como também de

promover o devido aprimoramento no processo. Esta sociedade globalizada depende vorazmente, e em doses sempre elevadas, de conhecimento. Como consegui-lo? Como controlá-lo? Como fomentá-lo?

Isto remete aos centros atuais de geração de conhecimento, que se encontram principalmente nas universidades. Historicamente, essas instituições cuidaram deste aspecto e da formação de pessoal de nível mais qualificado para atender às exigências do mercado e da burocracia para a continuidade do sistema político-produtivo. Com o aumento da demanda educacional causado pela democratização do acesso à escola, pela velocidade das mudanças sociais e tecnológicas, pelo custo crescente da educação, etc., o modelo tradicionalmente montado no Brasil entrou em crise, com o Estado procurando transferir para a iniciativa privada a responsabilidade pelo investimento no ensino de terceiro grau. E aí se colocam diversas questões: qual é o modelo de universidade perseguido pelo Estado? Qual é o destino da universidade pública? Como estas instituições têm procurado se adaptar a essa nova realidade? Qual é o papel que realmente cabe à universidade na sociedade brasileira?

Neste ponto, todas as questões aventadas alinham-se em torno da pós-graduação nacional, sem querer, contudo, conceder-lhe ares de centralidade no processo educacional. Nossa idéia é que a partir da pós-graduação é possível pensar-se este conjunto de questões e compreender um pouco mais a realidade que nos cerca. Este nível de ensino concentra a maior parte da produção científica do País, forma os profissionais de ponta para o mercado, para a docência de nível superior e para a burocracia estatal. Com isto, a pós-graduação oferece às universidades um novo horizonte a ser alcançado por seu intermédio, sinalizando o caminho a ser seguido na busca de um novo padrão universitário. Portanto, na "crise das bolsas de estudo" talvez seja possível perceber-se muito mais. Na verdade, o que está em jogo é a definição do perfil da universidade do ano 2000, onde a produção de conhecimento será o ponto chave e quem detiver a capacidade de gerar este conhecimento controlará amplas fatias do poder de decisão na sociedade. Por isso, o interesse das instituições de ensino superior pelos recursos que garantam o desenvolvimento deste nível de formação, a recusa pelo Estado de bancar todo o processo e a atenção dos setores produtivos (inclusive trabalhadores) sobre o desenrolar dos fatos.

Neste trabalho, pretendemos avançar um pouco a discussão sobre a questão do conhecimento como fator gerador de progresso bem como das condições para gerá-lo nas universidades e instituições de pesquisa. Além disso, procuraremos utilizar os dados relativos à pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia como indicadores das reais condições de desenvolvimento deste nível de estudos em uma instituição que tem adentrado recentemente por este caminho.

1. O Valor do Conhecimento na Sociedade Atual

As discussões que se procedem hoje em dia caminham no sentido de se posicionar o conhecimento como o ponto central no processo de desenvolvimento econômico, chegando alguns a chamar esta nova realidade de “sociedade do conhecimento”. O certo é que o diferencial de competitividade assenta-se cada vez mais em tecnologias complexas que permitem ganhos de produtividade, sem os quais torna-se difícil a sobrevivência em um ambiente cada vez mais seletivo. Diversos estudos procuram, até, quantificar percentualmente o índice de participação do progresso técnico no processo de desenvolvimento econômico de alguns países.¹ Também o saber deve ser medido, delimitado, em seus mínimos detalhes.

Mas o avanço científico e tecnológico necessita de embasamento intelectual, infra-estrutura e equipamentos que só podem ser encontrados no interior das próprias empresas, que utilizam a tecnologia e pessoal qualificado, ou nas universidades e instituições de pesquisa que não aplicam diretamente as novidades mas trabalham na sua geração, aprimoramento, análise e crítica das conseqüências, etc. Como este é um processo bastante oneroso, o custo acaba sendo repassado para o conjunto da sociedade através do financiamento público das instituições dedicadas à pesquisa. Mas os resultados quase sempre são apossados pela iniciativa privada, que os incorpora no processo de produção, enquanto aguarda o próximo passo do sistema gerador de conhecimento. Como o interesse e a pressão empresarial são contínuos, estabelece-se um círculo ou uma linha de progressão constante na geração de tecnologia, sempre à busca de inovações. Desta forma, casam-se os interesses de mercado com os das instituições de pesquisa. Não devemos nos esquecer, contudo, que esta aproximação não é mecânica, como pode parecer pela descrição acima. Este é apenas um recurso para a exposição rápida de uma situação vista, necessariamente, de forma parcial, conforme os objetivos do presente trabalho. Muitas outras variáveis estão presentes, bem como a utilização da tecnologia nem sempre atende a objetivos puramente econômicos. Mas esta é uma outra discussão.

Desenha-se, portanto, um interesse contínuo dos setores produtivos da sociedade capitalista pelos trabalhos de pesquisa, de produção de inovações, que lhes permitam posicionar-se vantajosamente dentro do novo paradigma produtivo que se muda de forma vertiginosa, dependendo cada vez mais do progresso técnico e da criatividade dos trabalhadores, etc. Por isso, o sistema

¹ Cf. os exemplos contidos em CEPAL, **Educación Y Conocimiento**: Eje de la Transformación Productiva com Equidad. Santiago (Chile): Naciones Unidas, 1992, pp. 93-95.

educacional passa a ocupar posição privilegiada neste novo modelo de sociedade, já que os trabalhadores que irão ocupar os cargos no interior das empresas não podem seguir os velhos princípios assentados no taylorismo, mas precisam desenvolver habilidades específicas, capacidade de decisão, etc, o que implica no retorno da inteligência para o mundo da produção. Apesar destas pressões, a escola não deve descurar de seu aspecto formador do cidadão e não apenas qualificatório para o trabalho. A CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe), em recente estudo, discute as questões que envolvem as relações empresas/sistema educacional, responsabilidades da escola para com o setor produtivo e para com os princípios básicos da sociedade e de formação dos educandos. Ao seu ver,

“os estudos prospectivos mostram que ao converter-se o conhecimento no elemento central do novo paradigma produtivo, a transformação educacional passa a ser um fator fundamental para desenvolver a capacidade de inovação e a criatividade, ao mesmo tempo que a integração e a solidariedade, aspectos chaves tanto para o exercício da moderna cidadania como para alcançar altos níveis de competitividade”.²

A preocupação produtiva estende-se, portanto, para além da geração de inovações, uma vez que a inclusão das mesmas exige a mudança em todo o sistema produtivo e, conseqüentemente, nas relações de trabalho, uma vez que as atribuições exigidas dos trabalhadores em seu ambiente de trabalho são alteradas. E como o ritmo das inovações é frenético, também o são as exigências sobre os trabalhadores. Estes, portanto, necessitam, antes de mais nada, da capacidade de compreensão e aprendizagem a cada dia mais apuradas. É preciso que estejam aptos a aprender e a se requalificar constantemente. Ruy de Quadros Carvalho, discutindo questões relativas à incorporação do conhecimento por parte das empresas, observa:

“Parece provável que as indústrias que agora estão se automatizando (sobretudo aquelas que produzem produtos mais complexos) irão seguir o caminho das indústrias de processo em fluxo contínuo, onde o nível de escolaridade formal é mais alto, em todos os níveis da mão-de-obra. As novas exigências de capacidade de abstração, raciocínio crítico e presteza de intervenção são de tal ordem que o grau e a qualidade da

² CEPAL, op. Cit., p. 119.

escolaridade formal terminam por ter impacto direto sobre a produtividade do trabalho”.³

Este processo, em generalização nos países de primeiro mundo, está presente também no Brasil, já que é intento do Estado promover a modernização econômica, o que implica no ajuste do nosso cronograma ao daqueles países. Contudo, apesar de se pensar esta imbricação de interesses mercado/instituições de pesquisa/sistema educacional, não devemos nos iludir com a extensão do processo no Brasil. Na comparação internacional ainda estamos engatinhando. O mesmo Ruy de Quadros Carvalho anota:

“A estrutura ocupacional da indústria brasileira é extremamente polarizada entre uma grande massa de trabalhadores semi-qualificados ou sem qualificação e uma parcela bem menor composta por trabalhadores qualificados, técnicos de nível médio e superior e pessoal de direção. Metade dos trabalhadores empregados na indústria (setor formal) não foram além dos quatro anos de escola. (...) Estes números indicam que o desenvolvimento e o aproveitamento da ‘inteligência da produção’ não são o ponto forte da indústria brasileira”.⁴

Apesar destes senões, é certo que o papel formador e qualificador dos trabalhadores está sendo recolocado como responsabilidade da escola. E, como as exigências são a cada dia maiores, a pressão chega até a universidade. Apesar da exigência de participação dos trabalhadores, e conseqüente descentralização do poder de decisões no interior das empresas, a realidade gerencial brasileira ainda se mantém bastante centrada nos estratos mais elevados. Portanto, a exigência por cursos de qualificação rápida na área gerencial, das engenharias, etc., tem sido constante, o que tem sido atendido principalmente pelos cursos de aperfeiçoamento e de especialização (os chamados cursos de pós-graduação lato sensu). Se estes não são suficientes, passa-se ao nível do mestrado, depois do doutorado... Já em 1985, Paul Singer observava esta tendência ao discutir o significado da desvalorização dos diplomas escolares:

³ “Capacitação Tecnológica, Revalorização do Trabalho e Educação”. In: FERRETI, Celso João et alii (org.). **Tecnologias, Trabalho e Educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 105.

⁴ Op. Cit., p. 94.

“parece que é certo que nós criamos, através dessa explosão de escolaridade, uma superoferta de credenciais escolares. O resultado foi, então, um *up-grading*, uma espécie de aumento da exigência escolar para os mesmos cargos. (...) Aumentando a altura do sistema, isto é, criando mais níveis altos”.⁵

Além da pressão do mercado sobre a universidade, pela geração de conhecimento e de profissionais habilitados ao trabalho ou ao gerenciamento das novas condições de produção, devemos nos lembrar também das necessidades das Instituições de Ensino Superior privadas por docentes qualificados com os níveis de mestrado e doutorado, para fazerem jus ou justificar o título de Universidades. As novas exigências colocadas na legislação pressionam pelo aumento da capacitação docente e do envolvimento em atividades de pesquisa. Onde conseguir estes quadros? O caminho atual tem sido buscar no interior das universidades públicas, numa sangria interminável de recursos humanos formados a duras penas e a um custo altíssimo por parte do Estado. A via normal, contudo, deve ser a dos programas de pós-graduação mantidos pelas instituições que apresentam esta capacidade, notoriamente as universidades públicas.

Percebe-se, dessa forma, que a pressão pela redefinição do papel da universidade nesta nova sociedade está colocada. Além das discussões internas visando alterar seu perfil devem ser juntadas as demandas externas descritas, tanto do setor produtivo como das universidades privadas e do Estado. Que tipo de universidade deve ser implementada? E com quais funções? Portanto, as próprias instituições geradoras de conhecimento estão se adequando a este novo cenário, onde novas demandas lhes são colocadas, para as quais muitas vezes não estão preparadas para responder. Sem contar que, em virtude da complexidade das novas atribuições, bem como da forma e infra-estrutura necessárias para exercê-las, este novo modelo de universidade apresenta-se de alto custo. Para se ter uma idéia das condições necessárias para este novo papel, vejamos como, em uma discussão recente, Carmem Garcia Guadilla anotou:

“No território do conhecimento, estaríamos passando, pois, por outra **revolução**, onde estão sendo superadas as velhas estruturas de produzir conhecimento baseadas em formas atomizadas e super especializadas. A nova organização do conhecimento demanda estruturas que sejam

⁵ “Diploma, Profissão e Estrutura Social”. In: CATANI, Denice Bárbara et alii (org.). **Universidade, Escola e Formação de Professores**. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 60-61.

capazes de produzir conhecimentos integrados, através de metodologias transdisciplinares”.⁶

Por aí percebe-se o porque do Estado procurar fugir à responsabilidade de manutenção da produção científica nacional. Além da complexidade do processo, não se tem ainda definido o horizonte a ser alcançado, o que coloca em risco todo o investimento em andamento. Mas, se quisermos avançar para patamares mais elevados no processo de desenvolvimento, não podemos descuidar da geração de conhecimento. Contudo, a política governamental em vigor privilegia acentadamente o ensino fundamental, diagnosticando, corretamente, a baixíssima eficiência deste nível de ensino. A falta de visão não está na canalização de esforços para o ensino fundamental, mas na retirada de recursos dos outros níveis, o médio e o superior. Não se pode pensar em saltos qualitativos em termos de desenvolvimento atuando-se em apenas uma parte do sistema educacional.

Mesmo em termos de cidadania, não podemos trabalhar com esforços parciais ao nível do conhecimento, sob o risco de formarmos apenas uma “democracia parcial”. A necessidade do investimento no ensino superior e seus sucedâneos como a pós-graduação, tem sido denunciada pelos especialistas em desenvolvimento (como pôde ser visto na citação acima), a menos que se esteja querendo manter “patamares” diferenciados para os países desenvolvidos e em desenvolvimento, assumindo-se que nestes últimos seja necessário apenas um determinado “nível” de escolaridade da população. Mesmo no Brasil esta discussão tem avançado bastante. Analisando a questão do porquê da priorização do ensino básico implicando na exclusão dos outros níveis, Massim Mehedff destaca:

“Não podemos, pois, priorizar apenas o ensino fundamental e correr o risco de limitar a possibilidade de avanço tecnológico do País. É preciso, sim, um ensino fundamental de qualidade, mas também escolaridade de 2º e 3º graus. (...) ...esta não é a experiência dos outros países. Nenhum país, que conseguiu chegar a um certo patamar de desenvolvimento, desprezou a sua Universidade, o seu ensino superior médio e as suas pesquisas”.⁷

⁶ “Globalización, Integración Latinoamericana y Papel del Conocimiento en tres Tipos de Escenarios”. In: GITAHY, Leda (org.). **Reestructuración Productiva, Trabajo y Educación en América Latina**. Campinas, SP: IG-UNICAMP; Buenos Aires (Argentina): RED CIID-CENEP, 1994, p. 44.

⁷ “Debate”. In: FERRETI, Celso João et alii (org). Op. Cit., p. 146.

2. A Pós-Graduação, o Ensino e a Pesquisa no Brasil

Um dos pontos bastante lembrados quando se trabalha com a pós-graduação é a questão da produção do conhecimento, de sua inseparável conexão com a pesquisa. Aliás, todos os programas de pós-graduação atualmente organizam-se em torno de linhas de pesquisa ou núcleos de pesquisa. Portanto, a geração de conhecimento original está no cerne da atual pós-graduação. Mas foi sempre assim? Este papel está sendo cumprido com eficiência?

Estas perguntas podem ser rapidamente respondidas a partir da simples consulta aos textos que tratam da origem deste nível de estudo no Brasil, principalmente de sua imbricação com o surgimento da própria CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que é o órgão responsável pelo julgamento inicial, pela avaliação e acompanhamento da qualidade dos cursos de pós-graduação no Brasil.

Assim como hoje estamos passando por um processo de reorganização do desenvolvimento econômico, com novas atribuições sendo colocadas sobre a universidade, quando do surgimento da CAPES a realidade brasileira encontrava-se em situação semelhante. Em 1951, em pleno processo de substituição de importações, de busca de condições para implantação da indústria pesada, da tentativa de criação de condições endógenas ao desenvolvimento, envolvida pela ideologia nacionalista do segundo período de governo de Getúlio Vargas, é criada a CAPES. Não como uma fundação, o que é hoje, mas como uma “Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior”. Ora, um dos gargalos encontrados naquele momento ao processo de desenvolvimento, referia-se exatamente ao reduzidíssimo número de profissionais de nível superior (0,67% da população economicamente ativa), o que dificultava a implementação de uma sociedade urbana e industrial, que exige conhecimentos técnicos abundantes.⁸

Dentro deste espírito inicial, a pós-graduação trabalhou sempre com a formação de recursos humanos de alto nível, basicamente voltados para a docência universitária, e com a implementação da pesquisa. Mas o objetivo primordial foi, até pouco tempo atrás, a formação dos quadros docentes. Apenas na universidade existe a exigência, no interior da carreira docente, de títulos de mestre ou doutor. O setor produtivo não coloca tais obrigatoriedades ou necessita dessa qualificação para que seus quadros desempenhem as funções de gerenciamento. Contudo, com a rapidez com que o conhecimento tem sido produzido e as inovações tecnológicas têm se colocado no mercado, também este setor passou a buscar

⁸ Cf. CÓRDOVA, Rogério de Andrade. “A Brisa dos Anos Cinquenta: A Origem da CAPES”. **Infocapes** - Boletim Informativo da CAPES, Brasília, CAPES, 4 (2): 9-13, abr/jun 1996.

os cursos de mestrado e doutorado. Não por exigência dos títulos, mas pela atualização e contato com as novidades que este nível de estudo propicia aos candidatos, o que os torna recursos humanos extremamente requisitados no mercado.

Este envolvimento com a pesquisa tem tornado os programas de pós-graduação em referências de qualidade. E as grandes universidades passam a ser reconhecidas principalmente por seus cursos de mestrado e doutorado e pela capacidade de gerar conhecimento novo. E as que aspiram ascender no “ranking” das instituições de ensino superior não têm outra opção que não enveredar também pela pós-graduação. Para isso diversos fatores confluem. Primeiro, a demanda social (empresarial, educacional, pessoal) por inovações tecnológicas, conhecimentos novos, metodologias recentes, etc, que pressiona pela abertura destes cursos em todas as áreas de conhecimento. Segundo, o controle que o Estado exerce sobre o orçamento das universidades públicas, não permitindo a expansão das mesmas em termos de abertura de novos cursos de graduação. Como são as instituições que mais detêm a capacidade intelectual no país e têm a possibilidade de crescimento horizontal freada, para não perderem espaço no sistema educacional, partem para a verticalização do processo. E isto atinge tanto as chamadas grandes universidades como as que poderíamos chamar de “emergentes”. Terceiro, o volume dos recursos que são canalizados para as instituições, via pós-graduação, para implementação de bolsas e manutenção das atividades de ensino e pesquisa. Quarto, o prestígio advindo da manutenção de cursos de pós-graduação, principalmente se bem conceituados pela CAPES, para o reconhecimento junto à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Desta forma, tivemos um crescimento acentuado dos programas de pós-graduação nos últimos anos. Contudo, o número de profissionais qualificados no mercado ainda está aquém das necessidades do País, o que só realimenta e encarece o processo. Acreditamos que seja isto que esteja preocupando o governo federal, explodindo na chamada “crise das bolsas de estudo”. Antes de entrarmos na área mais específica de nosso estudo, é preciso pensar, ainda, um pouco sobre a qualidade e a quantidade do conhecimento que está sendo gerado nestes programas de pós-graduação, bem como os rumos que estão tomando ou que devem seguir. Eglê Pontes Franchi e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva afirmam, ao discutir a geração de conhecimento, que

“Os programas de pós-graduação, no Brasil, são responsáveis por aproximadamente 80% da produção de conhecimentos novos em

educação e predominando os projetos individuais de pesquisa e fragmentação dos temas".⁹

Sobre esta questão, deve ser ressaltado que este percentual de 80% da produção não deve ser muito diferente nas outras áreas de conhecimento, o que praticamente concentra a produção científica nos programas de pós-graduação. Mas que tipo de conhecimento está sendo gerado? Estão realmente os programas formando pesquisadores?

Alguns autores questionam a qualidade e a quantidade do conhecimento realmente produzido. Sergio Vasconcelos de Luna, por exemplo, analisando uma área no interior das Ciências Humanas, observa que o número de alunos docentes está por volta de 50%. Além disso, anota que a produção científica de egressos de mestrado e doutorado é quase inexistente.¹⁰ Firmino Fernandes Sisto promove críticas semelhantes ao discutir a falta de "instrumental de produção de conhecimento" em mãos dos pós-graduandos, o que, muitas vezes, inviabiliza a produção sistemática e duradoura do conhecimento.¹¹ Se a situação dos pós-graduandos e dos egressos não é muito animadora, daqueles que procuram os programas no momento da seleção o é menos ainda.¹² De uma forma mais ácida, quando analisa - duvidando um pouco - a possibilidade da junção em um mesmo profissional das habilidades de ensino e pesquisa, este problema é assim colocado por Míriam Lifchitz Moreira Leite:

"A criação da pós-graduação foi pensada inicialmente como a conciliação dessas duas formas de trabalho (ensino e pesquisa). Depois de implantada, os problemas criados foram inesperados - transformou-se num grau obrigatório de credencial para a obtenção de empregos e

⁹ "Ensino/Pesquisa na Pós-Graduação: um que fazer a ser consolidado". In: CASTRO, Amélia Domingues et alii. **Pensando a Pós-Graduação em Educação**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1996, p. 51.

¹⁰ "Por Que, Para Quem, Para o Que Pós-Graduação Stricto Sensu e Lato Sensu?" In: CASTRO, Amélia Domingues et alii. Op. Cit., pp. 38-40.

¹¹ "Reflexões Sobre a Produção de Conhecimento na Pós-Graduação: Situações e Necessidades". **Pro-Posições**. Campinas, SP, Unicamp, 3 (1): 31-38, mar 1992.

¹² Cf., por exemplo, as conclusões de estudo realizado com os candidatos de um programa de mestrado em educação em ARAÚJO, José C. S.; FELTRAN, Regina C. S.; GONÇALVES NETO, Wenceslau; MARSON, Fernando. "Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia e sua Clientela". **Educação & Filosofia**, Uberlândia, MG, Universidade Federal de Uberlândia, 10 (20):185-201, jul/dez 1996.

criou-se uma engrenagem autoprodutora de teses padronizadas que se multiplicam, sem ampliar o conhecimento".¹³

Estas observações nos fazem repensar os rumos da pós-graduação e sua real possibilidade de gerar novos conhecimentos e atender às demandas colocadas pela sociedade. Sem falar que pode estar olvidando a outra tarefa fundamental que é a de formação de quadros docentes para as instituições de ensino superior. Quando vemos o grande crescimento da pós-graduação dos últimos anos temos um duplo sentimento: de orgulho pelo sistema criado e de apreensão pelas reais condições em que funcionam, apesar de todo o rigor da CAPES na avaliação dos programas.¹⁴ Talvez o caminho correto esteja na observação das já citadas Eglê P. Franchi e Petronilha B. G. Silva:

"Precisamos de uma pós-graduação como centro de ensino e pesquisa que se preocupe, entre outras coisas, em subsidiar o ensino de graduação. Isto é possível sempre que docentes atuam nos dois níveis de ensino, interligando-os, dando aulas e/ou orientando pesquisas na graduação (iniciação à pesquisa) e na pós-graduação (mestrado e doutorado)".¹⁵

Ao entrarmos, agora, na análise das condições da Universidade Federal de Uberlândia de participar do processo de geração de conhecimento e de formação de pessoal de alto nível para a docência no ensino superior (ou para atuar na iniciativa privada), temos presente em nossas considerações o que foi discutido acima. Esta instituição, como diversas outras, está procurando inserir-se no espaço acadêmico da pós-graduação como resposta aos empecilhos colocados ao seu processo histórico de desenvolvimento "horizontal", baseado na graduação, e nas demandas sociais colocadas pela comunidade regional, que a considera como pólo de qualidade, capaz de centralizar não apenas condições de ensino mas também de pesquisa. Esperamos que tanto a UFU quanto a universidade brasileira consigam, num futuro próximo, encontrar o perfil

¹³ "Questões Sobre a Formação Universitária do Professor e do Pesquisador". In: CATANI, Denice Bárbara et alii (org.). Op. Cit., p. 145.

¹⁴ Sobre o grau de exigência da CAPES, cf. "O Perfil do Curso 'A' - Critérios a serem adotados pelas Comissões de Consultores da CAPES na avaliação dos cursos de mestrado e doutorado" e "Política de Implantação de Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*". **Infocapes** - Boletim Informativo da CAPES, Brasília, CAPES, 2 (3): 13-21, jul/set 1994. Cf. também "Relatório da Comissão Internacional de Avaliação Sobre o Processo de Avaliação do Programa de Pós-Graduação da CAPES". **Infocapes** - Boletim Informativo da CAPES, Brasília, CAPES, 5 (2): 24-29, abr/jun 1997.

¹⁵ Op. Cit., p. 52.

em função do qual devem desempenhar suas funções. Contudo, alguns princípios deverão sempre nortear as iniciativas ligadas à pós-graduação. A esse respeito, muito bem observa Antonio Albuquerque de Figueiredo:

“A pós-graduação deve imbuir-se de um real espírito de qualidade; deve assumir a importância que tem, sem, no entanto, esquecer-se ou divorciar-se de sua fonte vital, que é a graduação; deve ser competitiva e premiar o melhor; deve ser dinâmica e estar em constante metamorfose evolutiva; deve estar na frente. Se mais não fosse, para que a mediocridade nunca a alcance. Em nenhuma era, em nenhum lugar, em nenhum sistema filosófico em que ela floriu, foi diferente”.¹⁶

3. Evolução e Perspectivas da Pós-Graduação na Universidade Federal de Uberlândia

A Universidade Federal de Uberlândia é uma instituição relativamente recente no cenário acadêmico brasileiro, uma vez que teve a consolidação de sua unificação em 1977. Sua origem está ligada às diversas faculdades isoladas que existiam na cidade - particulares, fundacionais, estaduais e federais - que foram fundidas, permitindo a montagem de uma universidade. Posteriormente, pela ação de políticos e de outras lideranças regionais conseguiu-se a federalização. Apenas por estas observações já é possível perceber-se as dificuldades que foram enfrentadas para se conseguir a real unificação administrativa e acadêmica, o que hoje pode ser considerada como obra realizada.

Desta forma, a UFU teve de passar por diversos estágios em seu processo de desenvolvimento, até que pudesse considerar-se em condições de aspirar a um passo mais ousado, em direção à pós-graduação. Isto só aconteceu após sua definitiva afirmação como pólo regional de formação de recursos humanos e, posteriormente, de geração de conhecimento. A UFU, portanto, além das pressões e demandas que o conjunto das universidades brasileiras tem sofrido no sentido de buscar a produção de inovações, de formar pessoal de alto nível, etc., recebe também os reclamos regionais, sofre a concorrência de instituições particulares e não pode contar com os cofres do Estado para continuar a se desenvolver da forma como o fez até o presente momento.

A alternativa visualizada pela instituição, assim como outras, já o vimos, é o crescimento “vertical”, rumando para um novo nível de estudos. Este percurso, contudo, tem sido realizado principalmente nos últimos anos, quando a crise

¹⁶ “Considerações Sobre a Pós-Graduação e os Cursos A”. **Infocapes** - Boletim Informativo da CAPES. Brasília, CAPES, 2 (3): 25, jul/set 1994.

econômica (e orçamentária para as instituições) mais se agudizou. Uma simples olhada pela Tabela 1, nos permite observar o quão recentes são os programas de pós-graduação da UFU. Por ela, percebemos que, dos 13 programas em andamento, 7 foram abertos a partir de 1994 e apenas 3 contam com conceito emitido pela CAPES após avaliações. Os demais são cursos novos (saliente-se que Educação sofreu reformulação, por isto encontra-se nesta categoria), devendo receber a classificação oficial a partir do processo implementado por esta Agência com os dados de 1996/97, quando então será possível aquilatar-se realmente o potencial dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia.

Tabela 1. Situação dos Programas de Pós-Graduação da UFU.

| PROGRAMAS | M/D | Início | Conceito (CAPES) | Alunos Matriculados | Teses Defendidas | Defesas 1998 (Previstas) |
|------------------------------------|-----|--------|------------------|---------------------|------------------|--------------------------|
| Engenharia Mecânica | M | 1985 | A | 60 | 92 | 20 |
| Engenharia Mecânica | D | 1994 | CN | 42 | - | 09 |
| Engenharia Elétrica | M | 1985 | C | 90 | 144 | 32 |
| Engenharia Elétrica | D | 1994 | CN | 41 | 01 | 06 |
| Educação | M | 1989 | CN | 40 | 37 | 16 |
| Imunologia/Parasitologia Aplicadas | M | 1992 | C | 20 | 16 | 08 |
| Engenharia Química | M | 1994 | CN | 26 | 09 | 15 |
| Genética e Bioquímica | M | 1994 | CN | 34 | 27 | 08 |
| Linguística | M | 1995 | CN | 42 | - | 26 |
| Clínica Médica | M | 1996 | CN | 44 | 01 | 10 |
| Desenvolvimento Econômico | M | 1996 | CN | 28 | - | 08 |
| Geografia | M | 1998 | CN | 12 | - | - |
| Química | M | 1998 | CN | 15 | - | - |
| TOTAL | M/D | - | - | 494 | 327 | 158 |

Fonte: DIRPG/UFU

Tabela 2. Bolsas Recebidas pelos Programas de Pós-Graduação da UFU, 1996-98.

| CURSOS | Nível | CAPES | | | CNPq | | | FAPEMIG | | | TOTAL | | |
|-----------------|-------|-------|-----|-----|------|----|----|---------|----|----|-------|-----|-----|
| | | 96 | 97 | 98 | 96 | 97 | 98 | 96 | 97 | 98 | 96 | 97 | 98 |
| Educação | M | 08 | 09 | 10 | - | - | - | - | - | 04 | 08 | 09 | 14 |
| Eng. Elétrica | M | 32 | 32 | 29 | 22 | 20 | 08 | 08 | 04 | - | 62 | 56 | 37 |
| Eng. Elétrica | D | 08 | 11 | 12 | 04 | 04 | 04 | 03 | 05 | - | 18 | 20 | 16 |
| Eng. Mecânica | M | 13 | 15 | 15 | 14 | 12 | 10 | 02 | 07 | 04 | 29 | 34 | 29 |
| Eng. Mecânica | D | 05 | 07 | 08 | 05 | 06 | 16 | 03 | 08 | 05 | 15 | 21 | 29 |
| Eng. Química | M | 08 | 09 | 10 | 06 | 06 | 06 | 03 | 03 | 02 | 18 | 18 | 18 |
| Genét/Bioquím. | M | 08 | 09 | 10 | 15 | 12 | 10 | - | - | 02 | 24 | 21 | 22 |
| Imun/Parasitol. | M | 06 | 06 | 06 | 04 | 04 | - | 02 | 02 | - | 12 | 12 | 06 |
| Linguística | M | 06 | 07 | 08 | 03 | 03 | 01 | 04 | - | - | 10 | 14 | 11 |
| Clín. Médica | M | 05 | 06 | 05 | - | - | - | - | - | - | 05 | 06 | 05 |
| Des. Econômico | M | 05 | 08 | 09 | - | 02 | 02 | 01 | 01 | 02 | 06 | 11 | 13 |
| Geografia | M | - | - | - | - | - | - | - | - | 03 | - | - | 03 |
| Química | M | - | - | - | - | - | - | - | - | 06 | - | - | 06 |
| TOTAL | M/D | 104 | 111 | 122 | 73 | 69 | 59 | 23 | 34 | 28 | 207 | 222 | 209 |

Fonte: DIRPG/UFU

Contudo, observando-se esta tabela, podemos perceber que o impacto dos programas já pode ser sentido, uma vez que foram produzidas 326 dissertações (e uma tese de doutorado), além do grande número previsto para 1998. Se somarmos ainda o número de alunos matriculados ao dos que já defenderam, percebemos que a pós-graduação começa a se tornar realmente significativa na instituição, apesar do percentual destes alunos não passar de 4% do universo de estudantes da UFU. A tabela 2 permite visualizar também o grau de apoio que os programas vêm recebendo das agências de fomento, bem como a possibilidade de oferecer condições de dedicação exclusiva aos projetos de pesquisa para parte dos estudantes. Por estes números, percebemos que cerca de metade dos estudantes de pós-graduação da UFU tem recebido bolsa de estudos.

Tabela 3. Qualificação Docente na Universidade Federal de Uberlândia.

| EVOLUÇÃO DO QUADRO DOCENTE POR NÍVEIS DE FORMAÇÃO/ÁREAS DO CONHECIMENTO - (28/02 de 1997/98) | | | | | | | | | | | | |
|--|-------|------|--------|------|-------|------|-------|------|-------|------|------|------|
| CENTROS DE CIÊNCIAS | GRAD. | | ESPEC. | | MEST. | | DOUT. | | TOTAL | | IQCD | |
| | 1997 | 1998 | 1997 | 1998 | 1997 | 1998 | 1997 | 1998 | 1997 | 1998 | 1997 | 1998 |
| EXATAS E TECNOLÓGICAS | 09 | 09 | 34 | 32 | 94 | 83 | 106 | 114 | 243 | 238 | 3.66 | 3.75 |
| BIOMÉDICAS | 18 | 13 | 112 | 103 | 114 | 108 | 104 | 112 | 348 | 336 | 3.17 | 3.28 |
| HUMANAS E ARTES | 73 | 61 | 67 | 58 | 170 | 166 | 62 | 63 | 372 | 348 | 2.76 | 2.84 |
| TOTAL UFU | 100 | 83 | 213 | 193 | 378 | 357 | 271 | 289 | 963 | 922 | 3.13 | 3.24 |

Nota: O IQCD (Índice de Qualificação da Capacitação Docente) refere-se à média ponderada da capacitação docente obtida através dos seguintes pesos: Graduação peso 1, Especialização peso 2, Mestrado peso 3 e Doutorado peso 5 (procedida a multiplicação e soma dos resultados divide-se o total pelo número total dos docentes).

Fonte: DIRPG/UFU

Tabela 4. Indicadores do Potencial de Pesquisa na UFU, 1998.

| INDICADORES | QUANTIDADE |
|-----------------------------------|------------|
| Grupos de Pesquisa | 56 |
| Linhas de Pesquisa | 188 |
| Total de Pesquisadores | 233 |
| Total de Líderes de Pesquisa | 83 |
| Total de Estudantes e Estagiários | 1090 |
| Total de Técnicos | 67 |
| Professores Cursando Doutorado | 106 |
| Professores Cursando Mestrado | 19 |

Fonte: CNPq (Diretório dos Grupos de Pesquisa) e DIRPE/DIRPG/UFU

Outros indicadores interessantes para se avaliar as condições de desenvolvimento de pesquisa e dos programas de pós-graduação da UFU podem ser encontrados na análise da qualificação docente (tabela 3), dos grupos de pesquisa atuantes em seu interior (tabela 4) e do volume das publicações da instituição (tabela 5). As tabelas demonstram com clareza razoável o potencial acadêmico da UFU, que se aproxima rapidamente de 300 doutores em seus quadros. Além destes, devem ser considerados os mais de 100 professores que se encontram cursando doutorado e que deverão ser incorporados em um horizonte de 4 anos (tabela 4). Isto permitiria à UFU contar, em futuro próximo, com cerca de 50% dos seus docentes com o título de doutor. Contudo, deve ser observado também que houve uma redução de professores de 1997 para 1998, ocasionada por aposentadorias, demissões, etc e que não houve autorização do governo federal para a reposição destes quadros. Este processo deve continuar e é de se esperar que boa parte dessa evasão ocorra entre os doutores. De qualquer forma, uma perspectiva de 40% dos docentes da instituição com o título de doutorado nos próximos 4 anos não deve ser considerada fora da realidade.

Tabela 5. Trabalhos Publicados pelos Professores da UFU, 1994 - 1997

| PUBLICAÇÃO | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | TOTAL |
|----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Livros | 12 | 08 | 19 | 35 | 74 |
| Capítulos de livros | 11 | 19 | 29 | 53 | 112 |
| Coletâneas | 01 | 03 | 06 | 07 | 17 |
| Artigos em Revistas | 285 | 311 | 322 | 383 | 1301 |
| Artigos em Jornais | 76 | 71 | 75 | 68 | 290 |
| Anais: Trabalhos completos | 207 | 299 | 331 | 400 | 1237 |
| Anais: Resumos | 568 | 845 | 998 | 901 | 3312 |
| Teses | 30 | 43 | 40 | 41 | 154 |
| Dissertações | 28 | 31 | 42 | 40 | 141 |
| Traduções | 08 | 03 | 02 | 05 | 18 |
| Relatórios de Pesquisa | 04 | 05 | 11 | 15 | 35 |
| Textos Didáticos | - | - | 02 | 09 | 11 |
| Editoriais | 03 | 03 | 03 | 01 | 10 |
| Artigos Boletins Técnicos | - | - | 05 | 04 | 09 |
| Inventários/Guias Estudo | - | - | 01 | 05 | 06 |
| Apostilas | - | 02 | - | 01 | 03 |
| Outros | 01 | 03 | 01 | 02 | 07 |
| TOTAL | 1234 | 1646 | 1887 | 1970 | 6737 |

Fonte: DIRPG/UFU

A presença de grupos de pesquisa, muitos deles consolidados, também é outro fator alentador, da mesma forma que um número significativo de docentes e alunos envolvidos com estas atividades. No número de pesquisas indicado, contudo, transparece um problema que deve ser analisado com cuidado: o baixo índice de integração das atividades, pois não chegam a 2 os pesquisadores por linha de pesquisa, em média. De qualquer forma, demonstra a existência de investigação científica organizada e cadastrada pelo CNPq, o que funciona como uma espécie de aval para a instituição.

Os dados relativos às publicações, para além da constatação da existência da produção científica, indicam uma evolução crescente no número de trabalhos publicados, principalmente se tomarmos 1994 como referência. Além disso, se dividirmos o total de publicações pelos cerca de 1000 docentes da UFU no período analisado, teremos uma média que se aproxima de 7 trabalhos por professor. Mesmo que se proceda a um desmembramento e análise qualitativa dos tipos de trabalhos publicados, uma vez que muitos são de autoria coletiva e devem estar lançados por todos os autores, outros foram apresentados (e tiveram a publicação) em mais de um congresso, etc., ainda assim os números mantêm significância. Resta avaliar o grau de impacto destes trabalhos na comunidade científica e a extensão de sua importância.

A divulgação desses dados, de forma isolada, não permite uma avaliação bem clara das condições da pós-graduação no interior da UFU, ou o seu lugar no interior do sistema como um todo. Isso poderá ser alcançado se contarmos com informações semelhantes relativas às outras instituições que desenvolvem programas de pós-graduação. Os dados acima, ao lado de outras variáveis, podem tornar-se então um importante indicador (quantitativo) da qualidade da pós-graduação brasileira e um passo inicial para se proceder a uma reflexão mais aprofundada sobre seu futuro.

4. Conclusão

Diversas questões se projetaram enquanto fazíamos esta rápida análise sobre o sentido da pós-graduação no Brasil e a entrada de novas instituições neste nível de estudo. Algumas delas merecem ser novamente destacadas.

Antes de mais nada, lembrar que a grande preocupação no interior da sociedade capitalista neste momento é com a geração de novos conhecimentos, e é por esta via que as universidades têm sido pressionadas a direcionar seus trabalhos e reordenar seus perfis.

Em função da efervescente e contínua geração de inovações tecnológicas, também as relações de produção e de trabalho têm sido alteradas,

forçando a busca de profissionais com alto índice de qualificação, tanto para as funções de gerência como para operar a moderna tecnologia.

Existe, além disso, uma grande demanda das instituições particulares de ensino superior por pessoal qualificado, com títulos de mestre e doutor, para atender às exigências legais estabelecidas para fazerem jus ou aspirarem ao título de universidades.

Por outro lado, o Estado tem fugido à responsabilidade de bancar este processo e também de continuar financiando o ensino superior, forçando as universidades públicas à busca de alternativas para a sua sustentação e manutenção de prestígio que podem ser encontradas, parcialmente, no desenvolvimento da pós-graduação.

Além das universidades já com a pós-graduação consolidada e com tradição no processo educacional, também novas instituições têm procurado adentrar neste novo patamar. É o caso, por exemplo, da Universidade Federal de Uberlândia, que conseguiu formar um quadro básico de pesquisadores, organizando grupos e linhas de pesquisa e viabilizando sua infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades de pós-graduação.

Será preciso analisar com bastante cuidado não apenas a entrada desses novos parceiros nesta cena mas, principalmente, acompanhar o desenvolvimento das atividades destas instituições, para que não ocorram perdas qualitativas no sistema. Muito menos, que os objetivos maiores da educação, de formação do cidadão, sejam ameaçados neste percurso.

De qualquer forma, devemos observar positivamente o crescimento da pós-graduação no Brasil, o que permitirá que tenhamos, em futuro próximo, grupos significativos de pessoal com alto nível de qualificação. Esta, acreditamos, será a grande contribuição da pós-graduação na construção de uma sociedade não somente mais eficiente no momento da produção mas, principalmente, mais justa na distribuição da riqueza gerada pelo processo de desenvolvimento.